

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO

CUIABÁ – MT

Sumário

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – EXPERIÊNCIAS E CAMINHOS	3
1 JUSTIFICATIVA	6
2.OBJETIVOS.....	9
2.1 Objetivo Geral	9
2.2 Objetivos Específicos	9
3.INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL.....	10
3.1 Relatório Setorial.....	10
3.2 Relatório Institucional.....	10
3.3 Plano de Trabalho.....	10
3.4 Divulgação dos Resultados	11
3.5 Compatibilização com a Avaliação Externa	11
4. CATEGORIAS ANALÍTICAS E ESTRATÉGIAS AVALIATIVAS	12
4.1 Aspectos documentais	12
4.2 Aspectos Organizacionais.....	12
4.3 Materialidade	12
5.TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	13
5.1 Instrumentos de coleta de dados	13
5.1.1 Entrevistas semiestruturadas	13
5.1.2 Observação.....	13
5.1.3 Questionários baseados em escores.....	13
5.1.4 Análise de infraestrutura física.....	14
5.1.5 Análise da estrutura organizacional.....	14
5.1.6 Análise documental	14
5.1.7 Análise contábil e financeira	15
5.1.8 Cronograma.....	15
REFERÊNCIAS.....	16
ANEXO	18

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – EXPERIÊNCIAS E CAMINHOS

A experiência brasileira de avaliação das instituições de ensino superior é bastante recente. Somente a partir da década de 80, esse tema passa a ser objeto de discussões nas Instituições brasileiras, fenômeno já instalado em outras realidades, sempre com a tônica de prestar contas à sociedade e fortalecer a própria instituição universitária.

No período que caracteriza o final da década de 80 e início de 90, o debate em nível nacional sobre a questão da melhoria do ensino começa a privilegiar encaminhamentos sobre a Avaliação Institucional como instrumental necessário ao aperfeiçoamento dos processos de gestão pedagógica e administrativa, na definição e implementação de políticas relevantes e necessárias.

Nesse período, constata-se, nos meios educacionais, um amplo debate sobre o sentido e a natureza da Avaliação Institucional associados à discussão das funções e da autonomia da Instituição. Palharini (2001) comenta que havia um clima propício para implementação da avaliação, onde surgiam iniciativas independentes, apresentando maior ou menor grau de sistematização em relação às experiências. Trabalhos importantes foram desenvolvidos como o da Instituição Federal do Rio Grande do Sul, Instituição de Brasília e Instituição Estadual de Campinas. (DIAS SOBRINHO, 1995)

Na esfera governamental, as políticas educacionais caminhavam na direção da lógica da eficiência, racionalidade, produtividade e a proposta de avaliação era o instrumento eleito para exercer tal função. Era grande a influência do Banco Mundial com suas orientações determinadas e impunha-se como um órgão internacional de cunho financeiro e, de acordo com Dias Sobrinho (2000), exercia um papel ideológico dominante.

Percebia-se, no Plano Setorial de Educação (1991-1995) do governo Collor, a proposta de vincular a autonomia das instituições ao desempenho. Por outro lado, o financiamento condicionava todo o processo, onde ficava evidenciado o caráter organizador e legitimador das avaliações. Nesse movimento, a avaliação era considerada autoritária.

No contexto de imposições governamentais, novos encaminhamentos começam a emergir com orientações diferenciadas que tinham como entendimento o não controle, mas a utilização de procedimentos avaliativos necessários aos processos pedagógicos e administrativos institucionais. Uma nova proposta começa a ser delineada, surgindo o Programa de Avaliação Institucional das instituições Brasileiras - PAIUB.

A criação do PAIUB constituiu um trabalho conjunto do Ministério de Educação e Desporto - MEC, por meio de sua Secretaria de Educação do Ensino Superior - SESU, prevendo uma dotação financeira própria e de adesão livre pelas instituições. Teve início em 1993.

A proposta, desde o início, teve a preocupação em promover o autoconhecimento das Instituições para responder aos seus compromissos com a sociedade. O modelo do PAIUB, acompanhando as mudanças políticas, foi construído por um processo de discussão entre representantes do estado e das instituições.

A troca de experiência entre as instituições aumentou os intercâmbios de informações, promovendo a solidariedade e cooperação entre elas. Inicia-se o surgimento da produção científica nessa nova área de estudo.

O PAIUB foi mais que um programa de práticas avaliativas de instituições analisadas isoladamente. Era necessária uma construção coletiva. Funcionou como uma rede formadora por várias instituições e pessoas que interagem entre si e se articulavam na elaboração do Programa. Iniciou a produção de uma cultura de avaliação procurando uma construção coletiva de um modelo adequado à realidade brasileira.

A proposta foi um instrumento de sensibilização de professores e instituições, pois tinha força como trabalho participativo e também interessou ao governo como organizador de informações (indicadores homogêneos).

A continuidade do Programa não teve sucesso. Um conjunto de medidas oficiais, como a retirada do apoio financeiro, a ausência de sistematização no acompanhamento e controle tornaram ineficazes e inoperantes o tratamento dispensado aos projetos e relatórios encaminhados pelas instituições.

Um novo momento surge, então, na história dessa avaliação. Houve uma mudança de eixo, deslocando-se da dimensão institucional abrangente e processual para resultados individuais, obtidos pelos alunos em provas.

O discurso oficial em relação às políticas de avaliação educacional buscou justificar a importância das mesmas para a tomada de decisões, no sentido de que os resultados obtidos oferecessem subsídios para a implementação de ações que levassem à melhoria da qualidade da educação.

Assim, o movimento de avaliação inaugurado pelo PAIUB sofreu uma ruptura, sendo substituído pela nova sistemática adotada pelo MEC em 1995: foi instituído o Exame Nacional de Cursos – Provão, criado pela Lei 9131/95 que trouxe mudanças para o sistema de Ensino Superior, criando o Conselho Nacional de Educação. Indicava uma nova proposta para avaliação – um processo necessário da administração do ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional, Lei 9394/96, promulgada em 20 de dezembro, reiterava o princípio de que o reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições de educação superior fossem concedidos por tempo limitado e renovados periodicamente, após o processo de avaliação.

Os instrumentos utilizados constituíram-se no Provão que passou a avaliar as condições de saída dos alunos das Instituições de Ensino Superior; Comissão Externa, avaliando a Instituição e Comissão de Especialistas que, por sua vez, avaliavam os cursos. Reforçavam a idéia de mecanismos que estavam levando as Instituições a prestarem contas de suas ações à sociedade.

Hoje o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES – retoma em seus princípios que a “educação é um direito e um bem público, entende que a missão pública da Educação Superior é formar cidadãos, profissional e cientificamente competentes e, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto social do País (BRASIL, 2003)”. O Sinaes, em sua proposta, pretende a análise diagnóstica, a reformulação das políticas de avaliação e

regulação, a valorização das instituições de educação superior, a afirmação do papel do Estado na melhoria da qualidade da educação superior.

O novo sistema evoca para si a função de articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. A construção deve ser assumida coletivamente, com informações para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e cumprimento das demais funções públicas (BRASIL, 2003 p.82).

O SINAES ainda articula duas dimensões importantes: avaliação educativa propriamente dita de natureza formativa, voltada para aumentar a qualidade das capacidades de emancipação, a regulação e o credenciamento.

No contexto universitário, o caos vivido por Prigogine gera a necessidade de mudanças, de proporem-se novas direções e formas de trabalho, desde que constitua uma instituição viva que poderá provocar e colaborar na construção do processo de transformação. Contudo, para fazê-lo, a Instituição terá que buscar a qualidade do trabalho acadêmico na interlocução e variedade de seus atores internos e externos, isto é, abrir-se a si mesma e à sociedade, entender o sentido de suas reivindicações, perscrutar exigências e necessidades do século XXI e trabalhar nesse sentido.

A busca de alternativas dependerá dos gestores das instituições de ensino superior para gerir as condições de inovação, que criem e despertem sempre a criatividade, na direção de uma universalidade do conhecimento, possibilitando a articulação entre os fatores externos e internos.

É um desafio permanente a proposta da Faculdade Garça Branca em relação ao Projeto de Autoavaliação Institucional tem o compromisso de organizar e/ou elaborar mecanismos de acompanhamento e avaliação de suas ações, visando a melhoria da qualidade social com a pesquisa, ensino, gestão, extensão e inserção na comunidade, de forma a contribuir com o processo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade.

1 JUSTIFICATIVA

Os princípios norteadores do Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Garça Branca e suas linhas de ação constituem-se no referencial para o desenvolvimento da Avaliação Institucional. Nesta perspectiva a Autoavaliação da Instituição tem por objetivo promover, conforme previsto nas suas linhas de ação, a participação da comunidade acadêmica no processo avaliativo no sentido de:

- Fortalecer a disseminação de resultados e as relações com os processos decisórios, agilizando os resultados e as práticas por eles recomendadas.
- Repensar periodicamente os projetos pedagógicos institucional e de cursos, frente a evolução e exigências do mercado.
- Integrar a avaliação interna e externa, para buscar melhores indicadores de melhoria dos serviços prestados e adequação de objetivos específicos na formação profissional.

Nesse sentido avaliar significa consolidar-se enquanto instituição universitária com papéis sociais claramente definidos em seu Projeto institucional. As ações desencadeadas no âmbito da instituição visam a implementação de processos avaliativos e, em seus avanços e recuos, tem por horizonte a realização efetiva de uma instituição universitária capaz de oferecer respostas condizentes às necessidades da sociedade.

Através de reuniões de estudo sobre a questão da Avaliação Institucional e de discussões sobre as características do processo avaliativo, a Comissão de Coordenação da Avaliação Institucional, elabora o Projeto de Avaliação Institucional, defendendo que, o desafio da Faculdade Garça Branca é, “a partir das experiências realizadas, desencadear um processo global de avaliação institucional com a participação de todos os seus segmentos”.

A autoavaliação a ser realizada pela Faculdade Garça Branca, constitui-se em um processo que deve ser legitimado pela aceitação da ação avaliativa por todos os segmentos e setores da instituição. Assim, a preocupação é com o caráter de integração e não o de punição e/ou premiação.

Desta forma, o encaminhamento dado ao processo de implementação da Avaliação Institucional na Faculdade Garça Branca, busca a participação efetiva de todos os segmentos e setores da Instituição nas tomadas de decisões no sentido de se rever criticamente o trabalho realizado na perspectiva de se elaborar um projeto acadêmico com o qual professores, alunos e funcionários se sintam identificados e comprometidos.

Realizado desta maneira, espera-se, que a Avaliação Institucional interna ganhe caráter de Autoavaliação em busca do aperfeiçoamento, da qualidade da instituição na direção do desenvolvimento das suas atividades que devem ser socialmente contextualizadas.

Frente a esse contexto nacional a Instituição necessita urgentemente rever processos, rotinas, currículos e a sua forma tradicional de inserção, relacionamento e interlocução com a sociedade.

Assim, pressões, questionamentos e desejo de mudar, na perspectiva de um processo de melhoria contínua, compõem o cenário em que fez surgir a Avaliação Institucional na Faculdade Garça Branca.

Dentro deste contexto a Faculdade Garça Branca entende que não se trata apenas de levantar dados, elaborar questionários, aplicá-los, analisá-los, utilizando técnicas sofisticadas, produzir relatórios, publicá-los, considerando os diversos ângulos da vida universitária. Esses aspectos são de relevância, mas, o importante é ter clareza do que deve ser feito com os resultados levantados, com todos esses dados e informações colhidas. O importante é saber de que modo a Avaliação Institucional pode ser efetivo e eficiente instrumento de mudança em busca de uma inserção concreta no contexto sócio-econômico e político do país.

O processo de Avaliação Institucional da Faculdade Garça Branca é instituído considerando alguns princípios básicos: conscientização da necessidade da avaliação por todos os segmentos envolvidos; reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados; envolvimento direto dos segmentos da comunidade acadêmica, da autoavaliação da Instituição como um todo e de cada um dos segmentos nela envolvidos; conhecimento dos resultados do processo e participação na decisão acerca da sua utilização.

A proposta de Avaliação da Faculdade, se sustenta na perspectiva de desenvolver um processo criativo de autocrítica, tendo como pressuposto a vontade política de auto-avaliar-se para garantir a qualidade da ação universitária e, também, prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade.

O processo de análise busca estabelecer seu compromisso com a sociedade. Objetiva também explicar as Diretrizes de seu Projeto Pedagógico e os fundamentos teórico-práticos de um programa sistemático e participativo de avaliação, que permita constante processo de auto-olhar-se, apontando para alternativas de consolidação de programas e/ou reformulações de suas ações. Busca, também, repensar a Instituição como um todo nos aspectos didático-metodológicos, capaz de admitir quebras, resignificação, reconceptualização, dialogicidade, análise de paradigmas, rupturas e superações.

Este caminho a ser percorrido, tem compromisso com avanços e recuos, numa prática avaliativa em permanente busca na Instituição em consonância com as Diretrizes para a Autoavaliação das instituições. Ultrapassa a dimensão experimentalista, com foco nas tabelas e gráficos, no rankiamento de desempenhos, para uma dimensão heurística, fenomenológica, buscando significações e respondendo às interrogações, resultantes da interconexão das diversas dimensões de análise.

Conforme orienta as diretrizes do CONAES, *a avaliação é compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão*⁴.

⁴ BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior. Brasília: CONAES, 2004. 48p.

Este modelo conceitual permeia o presente projeto de Autoavaliação institucional da Faculdade Garça Branca, concebido em uma base contingencial, entendendo a instituição como um organismo social inserido em dado contexto sócio-político e cultural. Analisando os dados institucionais, considerando sua complexidade técnica, étnica, política e epistemológica, considerando a sua interconexão no tecido social, numa relação sistêmica e orgânica.

Este nosso modo de ver e entender a avaliação explicita-se nos objetivos, metodologia, instrumentos de coleta de dados a seguir apresentados.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compor um processo de crítica permanente e transcendente tendo em vista sua missão e finalidades acadêmica e social.

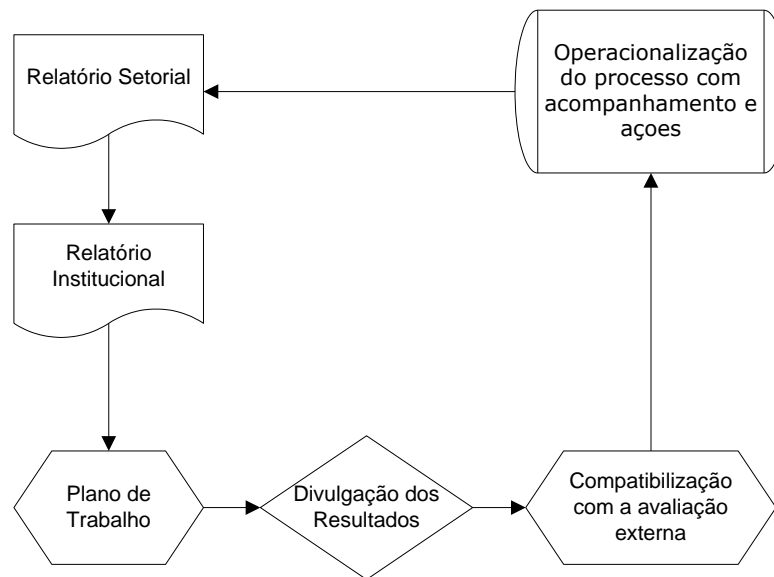
2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as causas dos seus problemas e deficiências (identificando fragilidades e as potencialidades da instituição nas diferentes dimensões previstas).
- Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- Divulgar os resultados da Avaliação Institucional na Instituição, discutindo-os e direcionando às necessidades detectadas;
- Propor a revisão de objetivos e metas estabelecidas, tomando por base os resultados da Avaliação Institucional;
- Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- Julgar a relevância científica e social de suas atividades e processos, e além de prestar contas à sociedade.

3. INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL

Com o fim de garantir a efetivação do processo de avaliação, a Faculdade Garça Branca, de modo a compor uma infraestrutura de suporte ao processo de avaliação institucional, adquiriu um software para trabalhar com o bancos de dados, e a estatística da avaliação.

O trabalho de Autoavaliação caracteriza um processo ordenado por fases, protocolos e relatórios. Assim, busca-se um processo dinâmico desenvolvido em quatro etapas: Relatório setorial, relatório institucional, plano de trabalho, divulgação dos resultados e compatibilização com a avaliação externa. A seguir sintetizamos esse processo:



3.1 Relatório Setorial

O relatório setorial compreende uma crítica permanente ao curso/setor. Visa identificar os pontos positivos e negativos, permitindo, assim, a definição de prioridades, metas a alcançar e ações a serem desenvolvidas.

A crítica ao curso/setores será feita tendo por eixo as dimensões de análise, observando, prioritariamente as necessidades efetivas de cada curso/setor, permitindo a reflexão sobre os problemas, conquistas e potencialidades, com base no que seria ideal construir.

3.2 Relatório Institucional

Com base nos relatórios setoriais, a Equipe de Coordenação da CPA elabora o Relatório Institucional.

3.3 Plano de Trabalho

Nesta etapa do processo, a comunidade acadêmica possui uma visão clara dos problemas identificados, sendo que os mesmos deverão ser priorizados e apresentadas

propostas de solução. Para cada um deles, e a partir dos dados e informações coletadas, será elaborado o Plano de Trabalho (Semestral/Anual). O Plano de Trabalho deve refletir o pensamento da coletividade articulando e comprometendo todos aqueles que participarão da implementação das soluções identificadas.

Inicia-se aí nova etapa: de implementação das metas propostas e do acompanhamento de sua execução. São provocadas as intervenções ao longo do processo culminando, ao término do tempo previsto (ano/semestre) para execução do Plano de trabalho

3.4 Divulgação dos Resultados

A obtenção de resultados, e conseqüente compilação do Relatório Crítico, tem por seqüência programada a exposição às comunidades envolvidas, através de reuniões e seminários. Estes darão origem a críticas complementares.

3.5 Compatibilização com a Avaliação Externa

Os resultados da avaliação serão submetidos ao olhar externo de especialistas de áreas/cursos, de planejamento e gestão da educação superior.

4. CATEGORIAS ANALÍTICAS E ESTRATÉGIAS AVALIATIVAS

Concomitante ao processo de autoavaliação será desenvolvido um cronograma de seminários, fóruns e palestras relativas ao tema. Essas ações tem por objetivo manter o interesse e o envolvimento da comunidade acadêmica e chamar a atenção da sociedade para o processo de autoavaliação como instrumento catalisador do desenvolvimento institucional e a qualidade do ensino superior.

Nessa ordem de pensamentos, este trabalho de Autoavaliação se define como processo contínuo, conforme a Lei nº 10.861/04, realizado em núcleos de análise:

- articulação entre os documentos de avaliação oficial, os resultados obtidos pela avaliações internas e as ações desenvolvidas a partir dessa arena de significações.
- confronto da avaliação junto aos imperativos categóricos, contextualizado pelo senso comum e, conseqüente, materialidade da Faculdade Garça Branca .
- análise de dados e indicadores utilizados para fundamentar as críticas desenvolvidas.

Considerando esses núcleos como orientação metodológica as dimensões abaixo serão elementos de análise:

4.1 Aspectos documentais relacionados a como a Faculdade Garça Branca se propõe ao mundo

- Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- A responsabilidade da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- A comunicação com a sociedade;

4.2 Aspectos Organizacionais

- As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- Organização e gestão da instituição;
- Planejamento e avaliação;
- Políticas de atendimento aos estudantes;

4.3 Materialidade

- Infraestrutura física;
- Sustentabilidade financeira;

As estratégias e técnicas, adotadas para avaliar estas dimensões estão contidas no anexo 01.

5. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

5.1 Instrumentos de coleta de dados

A avaliação dos grupos das dimensões recorrem a diversos tipos de dados, assim como, a coleta de dados orientadas a pesquisa exploratórias. Serão utilizados os instrumentos:

- entrevistas semiestruturadas;
- observação;
- questionários baseados em escores;
- análise de infraestrutura física;
- análise de infraestrutura organizacional;
- análise documental;
- análise contábil e financeira.

5.1.1 Entrevistas semiestruturadas

Das categorias analíticas discentes, docentes, administração e sociedade, grupos de indivíduos serão submetidos a entrevistas semiestruturadas.

5.1.2 Observação

Refere-se à observação, e conseqüente aproximação do cotidiano, junto ao corpo docente, discente e administração. Este instrumento de coleta visa, principalmente, subsidiar a obtenção de dados não disponíveis a aquisição direta, não assumidos, mas presentes no *habitus* e profundos norteadores do senso comum. Dessa forma, implica o pesquisador voltar-se para a vida cotidiana, em que os atores se situam em intersubjetividades e realizam suas práticas. As instituições educacionais constituem-se como locais privilegiados para esse tipo de abordagem, permitindo o acesso direto aos processos e relações que configuram as experiências escolares e, como enfatiza Madeira (2000), a apreensão das múltiplas realidades subjetivas, tal como se apresentam na vida social em constante elaboração.

5.1.3 Questionários baseados em escores

Os procedimentos rotineiros de autoavaliação da Faculdade Garça Branca é realizado por meio de questionários avaliativos compostos de questões fechadas, sendo as alternativas associadas, por texto explicativo, a um grau de concordância de 0% a 100% em relação ao exposto. Portanto serão utilizados alguns desses instrumentos ou elaborado outros, na medida em que se fizer necessário.

Os questionários propostos estão dispostos a seguir:

Anexo	Questionário	Periodicidade
01	Avaliação do Curso e da Instituição pelos Alunos	Anual
02	Autoavaliação do aluno	Anual
03	Avaliação das Disciplinas e Práticas Docentes pelos alunos	Anual/Semestral
04	Autoavaliação e do Curso pelo Coordenador	Anual
05	Autoavaliação e ao Curso pelos Professores	Anual
06	Autoavaliação dos Egressos	Anual
07	Autoavaliação da Instituição pelos Técnico-administrativos	Anual

5.1.4 Análise de infraestrutura física

Corresponde a avaliação técnica da adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim como, verificar a adequação das políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins.

5.1.5 Análise da estrutura organizacional

Avaliação da estrutura organizacional formal e real, o fluxo de informações assim como a inércia institucional frente à tomada de decisões estratégicas.

5.1.6 Análise documental

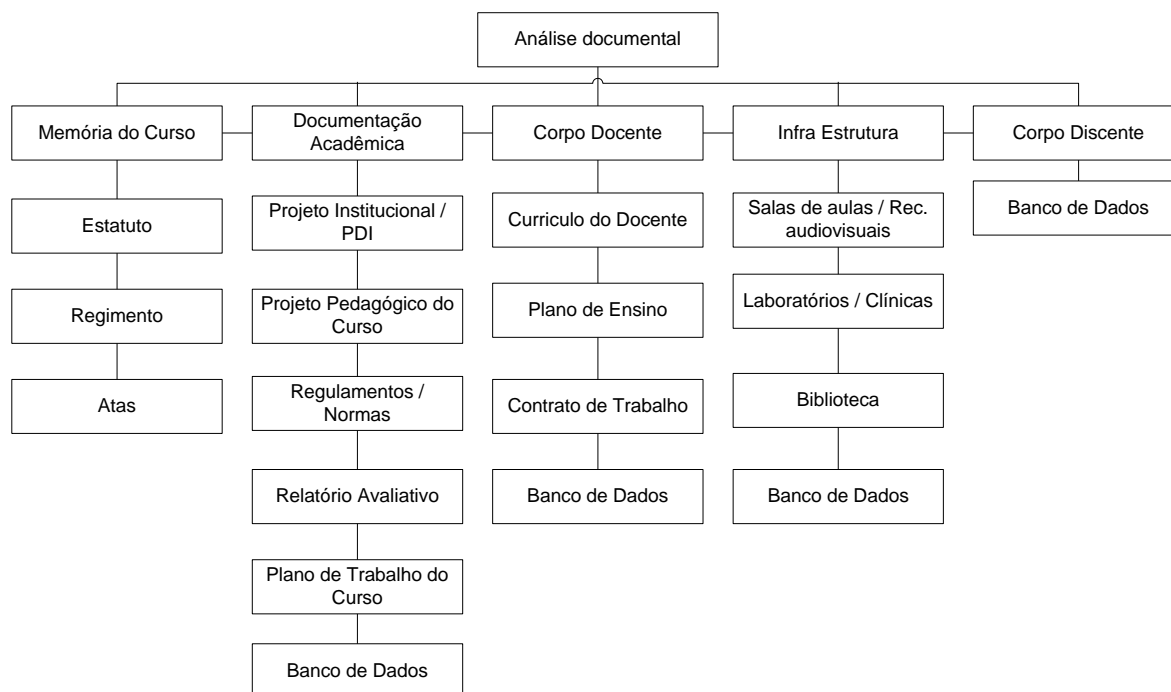
Serão considerados para a análise os seguintes documentos:

- Análise do PDI (Plano de desenvolvimento Institucional) e do PPI (Projeto Pedagógico Institucional).
- Consulta da legislação e documentos: regimentos, atas, identidade de classes, estatuto, processo de criação da Faculdade Garça Branca, para levantamento da memória do curso;
- Informações sobre o corpo docente: período de permanência no curso, número de professores, formação na área de conhecimento, titulação específica, pesquisa e outras atividades. Consulta ao Departamento Administrativo e Secretária da Faculdade;
- Compilação e avaliação da produção científica desenvolvida pelo corpo docente;
- Informações sobre a forma como o currículo foi estruturado, disciplinas, ementas, programas, metodologia, avaliação, estágio, TCC, disciplinas complementares. Consultar Projeto Pedagógico do Curso e Plano de Ensino.
- Informações sobre estrutura física, equipamentos e Biblioteca.
- Informações sobre corpo docente, frequência, avaliação, evasão, aproveitamento. Os dados serão buscados através de documentos e do Banco de Dados da Instituição.

5.1.7 Análise contábil e financeira

Avaliação do balanço contábil, fluxo de caixa e desempenho econômico da Faculdade Garça Branca frente aos serviços prestados a comunidade.

Representação sintética dos elementos a serem avaliados



5.1.8 Cronograma

Atividades	
Planejadas	PERÍODO
Realização do Seminário interno para apresentação dos SINAES com os membros da Comissão de autoavaliação	Agosto
Realização de reunião de sensibilização com Coordenadores e Chefias	Setembro
Ajustes no projeto de Autoavaliação Institucional em Função dos resultados das reuniões com Coordenadores e Chefes de Setores.	Setembro
Revisão de instrumentos para coleta de dados.	Setembro
Revisão de cronogramas de auto avaliação.	Setembro
Revisão do formato de relatórios	Setembro
Seminários com a comunidade acadêmica para sensibilização	Setembro
Aplicação da Autoavaliação Institucional	Outubro
Elaboração de Relatório Institucional	Novembro
Discussão dos resultados com a comunidade acadêmica	Dezembro
Divulgação dos Resultados	Dezembro
Balanço Crítico	Dezembro

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E. D. A; LUDKE, Menga. (1986). **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU.
- BALARINE Oscar; LEITE Denise B. (1998). **Avaliação Institucional das Instituições: quantificação de impactos e mudanças associados**”. Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas, v. 3, n. 4, dez. p. 51-62.
- BELLONI, Isaura. (1998). **A função social da avaliação institucional**. Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas, v.3, n.4, dez. p.37-50.
- BRASIL. INEP. **Orientações gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições**. Brasília: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20/12/1996**. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **O sistema nacional de avaliação da Educação superior (SINAES)**. Brasília: INEP, 2003.
- CONTRERAS, Cristina. **Modelos de evaluación de la calidad de la Educación Superior**. In: Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas, v.5, n.1, mar. p.07-18.
- CUNHA, Luiz. A. (1997). **Nova Reforma do Ensino Superior: a lógica reconstruída**. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo - Fundação Carlos Chagas, n.101, jul, p.20-49.
- DEMO, Pedro. (1991). **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. (org.) **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.
- TRINDADE, Héglio. (org). **Instituição em Ruínas: na república dos professores**. Porto Alegre/Petrópolis: CIPEDS/Vozes.
- _____. (2002). **Campo e Caminhos da Avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil**. In: FREITAS, Luis Carlos. (org). Avaliação: Construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular.
- FAÚNDEZ, Carlos O. (1999). **Hacia la creación de una cultura de la evaluación como garantía de calidad de las Instituições**. Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas, v. 4, n.1, mar. p.35-42.
- GATTI, Bernadete A. (2000). **Avaliação Institucional e Acompanhamento de Instituições de Ensino Superior**. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo. Fundação Carlos Chagas. n.21. jan-jun. p.93-107.
- GOËRGEN, Pedro. A. (1996). **Avaliação como prática emancipatória: subsídios para uma teoria da avaliação institucional**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados –Psicologia da Educação. São Paulo - PUC. n. 2, jun, p. 25-42.
- _____. (2000). **Avaliação Universitária na perspectiva da pós-modernidade**. In: DIAS SOBRINHO, José e RISTOFF Dilvo (orgs.). Instituição desconstruída. Florianópolis: Insular.

- NUNES, Lina C.; SIMONETTI, Vera M. M. (1998). **Avaliação institucional e teoria das representações sociais**. Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas, v.3, n.3. set. p.31-36.
- OLIVEIRA, Eloiza S.G; COSTA, Marly A. (2001). **Por um zero consciente?** – Discussão proativa do Exame Nacional de Cursos. Revista Brasileira de política e Administração da Educação. Porto Alegre, v.17, n.2. jul-dez. p.221-233.
- PALHARINI, Francisco A. (2001). **Tormento e paixão pelos caminhos do PAIUB**. Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES- Campinas, v.6, n.1, mar, p. 15-26.
- PRADO SOUZA (1996). **Avaliação Educacional: Questões Metodológicas da Avaliação Institucional de Instituição**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados- Psicologia da Educação. São Paulo - PUC, n. 2, jun. p.43-56.
- RISTOFF, Dilvo. (1996). **Princípios do programa de Avaliação Institucional**. Avaliação/Rede Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas, v. 1, n. 1, jul. p. 47-53.
- SANTOS, Boaventura de S. (1999). **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez.

ANEXO

Anexo 1 - Aspectos documentais relacionados a como a FGB se propõe ao mundo

Tópicos (o que avaliar?)	DOCUMENTAÇÃO, DADOS, E INDICADORES (como avaliar?)	ATIVIDADES	Órgão avaliado
1. Missão e PDI			
Finalidades, objetivos e compromissos explicitados no PDI Articulação entre o PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional	Análise dos documentos: PDI, PPI, Anuário Estatístico, Relatórios setoriais	Análise documental Entrevista Semiestruturada	Direção Geral
2. Corpo Docente			
2.1. A política de participação em eventos de difusão do conhecimento científico, frente a atual realidade institucional.	Seminários periódicos onde são apresentados, e discutidas, os resultados obtidos.	Um seminário maior realizado a cada 6 meses, e palestras dimensionadas conforme a realidade e disponibilidade de cada curso.	Coordenações de curso. Pós Graduação Extensão
2.2. A educação continuada, quer no sentido pedagógico, quer no sentido da atualização científica e tecnológica.	Entrevistas semiestruturadas e avaliação do alcance do processo.	Sistematização das entrevistas e avaliação da participação da comunidade a partir de estatísticas convencionais consolidadas por semestre.	Coordenação de extensão
2.3 Formação do corpo docente, levando em consideração a evolução do IQCD (Índice de Qualificação do Corpo Docente) da Instituição frente a dos cursos, de modo a elevar o grau de titulação, bem como, o perfil do tempo de dedicação do corpo docente, associando o ensino, a pesquisa e a extensão.	Avaliação dos contratos e da produção científica docente.	Acompanhamento semestral das estatísticas docentes, assim como a produção científica a partir da base de dados presente no "Portal do Professor".	Coordenações
3. Corpo Técnico-Administrativo			
3.1 A participação dos funcionários nos diversos cursos de treinamento e aperfeiçoamento oferecidos pela Instituição.	Entrevistas, e questionários e estatísticas do alcance do processo.	Consolidação dos dados por semestre	Diretoria Administrativa Coordenação de extensão
3.2. A participação do pessoal técnico em eventos de difusão do conhecimento científico e tecnológico, tendo em vista a sua educação continuada.	Entrevistas semiestruturadas e avaliação do alcance do processo.	Sistematização das entrevistas e avaliação da participação da comunidade a partir de estatísticas convencionais consolidadas por	Coordenação de extensão

		semestre.	
3.3 O plano de educação continuada, para a capacitação em diversas áreas, ampliando a oferta de cursos internos e externos à Instituição, além de capacitação em serviço, frente a evolução e novas exigências da área acadêmica.	Entrevistas, e Questionários e estatísticas do alcance do processo.	Consolidação dos dados por semestre	Coordenação de extensão
4. Ensino			
4.1 Os currículos de cursos frente aos fins da instituição, as diretrizes curriculares, a inovação da área, as necessidades do mercado de trabalho e os padrões de qualidade.	Avaliação da atualidade do currículo do curso.	Seminários anuais sobre temas referentes ao currículo.	Coordenação de curso Assessoria Pedagógica
4.2 A educação à distância para apoio pedagógico, nivelamento, recuperação de conteúdos e realização das dependências.	Estatísticas referentes a estas atividades.	Análise documental semestral e seminários anuais.	Coordenação de curso. Assessoria Pedagógica
4.3 A disseminação dos resultados de eventos de difusão do conhecimento científico pelos professores e alunos participantes.	Estatísticas referentes a estas atividades.	Relatórios anuais.	Coordenação de curso.
4.4 Encontros de difusão do conhecimento científico na Instituição.	Entrevistas, questionários e estatísticas do alcance do evento.	Consolidação dos dados por evento.	Coordenação de curso. Pós-Graduação Coex – Coordenação de Extensão
4.5 Integração entre os cursos de graduação e pós-graduação.	Estatísticas referentes a estas atividades.	Análise documental.	Coordenação de curso Pós-Graduação. Assessoria Pedagógica
4.6 Crítica dos currículos e programas de estudos de cada curso frente ao perfil do egresso	Avaliação dos currículos e programas	Análise Documental	Coordenação de curso Assessoria Pedagógica
4.7 Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.	Observação sistemática das atividades docentes.	Implementação de um cronograma de observação contínua e por amostragem, das atividades docentes dos diversos cursos.	Coordenação dos cursos Assessoria Pedagógica
4.8 Conhecimentos adquiridos pelos discentes.	Resultados dos exames ministrados pelo SINAES e entrevistas semiestruturadas.	Análise anual dos resultados fornecidos pelo SINAES, concomitante a execução de entrevistas semi-estruturadas.	Coordenação de cursos. Assessoria Pedagógica
5. Pesquisa			
5.1 Núcleos de pesquisa.	Estatísticas de produção	Análise dos relatórios, produção científica	Pós-Graduação.

	científica e balanço financeiro.	e balanço financeiro.	Diretoria Administrativa
5.2 Parcerias com instituições externas e órgãos financiadores.	Estatísticas da Produção Científica	Análise dos Relatórios de Produção Científica	Pós-Graduação
6. Extensão			
6.1 Parcerias e celebração de convênios com empresas e órgãos externos.	Balancos social e financeiros dos convênios firmados.	Consolidação dos dados por ano.	Coordenação de curso, Direção Geral Coordenação de extensão
6.2 Oferta dos cursos diversos.	Estatísticas da evolução da FGB, concomitante a análise da viabilidade econômica.	Consolidação dos dados por ano.	Coordenação de curso, Coordenação de extensão
6.3. Participação de professores e alunos em eventos diversos.	Estatísticas referentes à participação docente nos eventos.	Consolidação dos dados por ano.	Coordenação de curso, Pós-Graduação e extensão, Direção Geral
6.4 Estimular a implementação de projetos de extensão interdisciplinares.	Estatísticas referentes aos projetos de extensão por compartimentação temática.	Consolidação dos dados por ano.	Coordenação de extensão. Coordenação de curso.
7. Pós-graduação			
7.1. Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação lato e stricto sensu	Análises de viabilidade econômica e de relevância acadêmica conforme a política institucional.	Análise documental e estudos de viabilidade econômica (periodicidade anual).	Direção Administrativa Pós-graduação.
7.2. A qualidade da pós-graduação.	Análise da produção científica docentes e discente, e da dinâmica formativa dos cursos.	Análise documental, as estatísticas já utilizadas nas avaliações da CAPES, entrevistas semi-estruturadas (periodicidade anual).	Pós-graduação.
8. Responsabilidade Social e Assistência Social			
8.1 Impactos das atividades científicas, técnicas e culturais realizadas pela FGB para o desenvolvimento regional e nacional 8.2 Atividades vinculadas com cooperativas, ONGS, Centros de Saúde, Escolas, outros. 8.3 Atividades institucionais realizadas em interação com o meio social.	Formulários padronizados de convênios Relatórios institucionais Formulário padronizado de indicadores sociais	Análise Documental; Relatório das diretorias e coordenações dos cursos; questionários; consolidação de dados	

<p>8.4 Os impactos das atividades de pesquisa e extensão realizados pela FGB e sua contribuição para o desenvolvimento social da comunidade.</p> <p>8.5 Parcerias realizadas com entidades governamentais e não-governamentais na área social.</p> <p>8.6 Avaliar os recursos financeiros e humanos na promoção da melhoria de vida das comunidades atendidas.</p> <p>8.7 Políticas afirmativas.</p> <p>8.8 Política para captação de recursos financeiros para projetos sociais.</p>	Política de Bolsas de Estudo		
9. Comunicação interna e externa			
<p>9.1 Avaliar a imagem pública da instituição.</p> <p>9.2 Adequação da comunicação ação entre as pessoas da instituição</p> <p>9.3 Avaliar a comunicação interna e externa.</p>	<p>Pesquisas de Clima Organizacional</p> <p>Manual do Acadêmico</p> <p>Pesquisa sobre a efetividade da comunicação interna e externa</p> <p>Jornais internos</p>	<p>Análise Documental</p> <p>Questionários de pesquisa de satisfação</p> <p>Entrevistas semi estruturada</p>	<p>DECOM - Departamento de ComGARÇABRANCAção</p> <p>DH- Departamento de Desenvolvimento Humano</p>
10. Aspectos Organizacionais			
Tópico	AI	Execução	Órgão
10.1 Organização e gestão da instituição	Análise dos organogramas, fluxo de informações e da capacidade de tomada de decisões estratégicas.	Análise documental e entrevistas semi-estruturadas.	Pró-Reitoria Administrativa, Diretoria de Planejamento
10.2 Planejamento e avaliação.	Meta-avaliação do processo de autoavaliação.	Análise documental, observação e entrevistas semiestruturadas.	CPA
10.3 Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes.	Análise da formalização da interação entre a IES e os discentes, assim como a crítica de como esta se efetiva.	Análise documental, observação e entrevistas semiestruturadas.	Diretoria Administrativa
10.4. Plano de carreira.	Juízo de valor referente ao plano de carreira docente.	Avaliação anual da evolução do plano de carreira docente, e estatísticas referentes as suas compartimentações.	Diretoria Administrativa
10.5. Plano de cargos e salários.	Juízo de valor referente ao	Avaliação anual da evolução do plano de	Diretoria Administrativa

	plano de carreira docente.	carreira docente.	
10.6 Política institucional de incentivo a projetos de pesquisa e iniciação científica. (Pesquisa)	Estatísticas referentes aos projetos de pesquisa apoiados pela FGB – assim como por agencias de fomento – e Balanço financeiro dos investimentos em pesquisa.	Consolidação dos dados por semestre.	Pós Graduação Direção Geral
10.7 Meta-avaliação	Crítica ao processo de auto-avaliação.	Consolidação, e crítica frente a compromissos e resultados anteriores, com periodicidade anual.	CPA
11. Materialidade			
Tópico	AI	Execução	Órgão
Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.	Balanço financeiro da IES.	Análise documental com periodicidade anual.	Diretoria Administrativa
Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.	PDI e balanço financeiro da IES.	Análise documental com periodicidade anual.	Diretoria Administrativa, Coordenação de Extensão
Adequação e manutenção da infraestrutura da instituição.	Avaliação das condições institucionais frente às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Análise documental e avaliação in loco.	Coordenação de cursos Diretoria Administrativa